



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 047/2024 - MP/PGJ

Termo de Cessão de Servidor, que entre si celebram
o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO AMAZONAS** e o **MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM**.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, CEP 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.153.748/0001-85, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, neste ato representado por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Exma. Sra. **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do RG nº 826886 SSP/AM e inscrita no CPF sob o nº 405.025.542-15, e o **MUNICÍPIO DE PARINTINS**, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 04.329.736/0001-69, simplesmente denominado **CEDENTE**, neste ato representado por seu prefeito municipal, o Exmo. Sr. **FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA**, RG nº 0720019-6 SESEP AM e CPF nº 235.150.072-53, tendo em vista o que consta do Procedimento Interno nº 2024.013399, e, visando ao aprimoramento eficaz e contínuo, atendimento integral dos serviços do Ministério Público do Estado do Amazonas ao cidadão em suas unidades, firmam o presente **TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas, que mutuamente aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Disciplinar a cessão dos servidores **JEOVAN BELEM PAES**, ocupante do Cargo de Analista em Administração, Finanças e Informática, Matrícula nº 2727; **SIPRIANO RIBEIRO COELHO**, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Administrativo, Matrícula nº 4591, e **VIRGILINA DE SOUZA TORRES**, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Administrativo, Matrícula nº 377, pertencentes ao quadro de pessoal efetivo da Prefeitura de Parintins.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os servidores públicos cedidos na forma deste Termo executarão atividades instrumentais, acessórias administrativas, dentre outras, conforme as atribuições do seu respectivo cargo efetivo, visando auxiliar a atividade do Ministério Público do Estado do Amazonas, na(s) Promotoria(s) de Justiça da Comarca de Parintins.

Parágrafo primeiro. A cessão recairá somente em servidor(es) efetivo(s) que ingressaram no **CEDENTE** mediante concurso público ou outro meio autorizado por lei.

Parágrafo segundo. A jornada de trabalho do servidor será compatível com o horário de funcionamento do **CESSIONÁRIO**, resguardando-se, entretanto, as determinações previstas pelo **CEDENTE**.

Parágrafo terceiro. É facultada, a quaisquer das partes, a solicitação do retorno ao **CEDENTE**, desde que a comunicação seja feita por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, vedada a transferência do(s) servidor(es) cedido(s) para outro Poder, Órgão ou Entidade;

Parágrafo quarto. Aplicam-se para os casos de substituição, as cautelas constantes nesta Cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUBORDINAÇÃO E VINCULAÇÃO DO SERVIDOR

O(s) servidor(es) cedido(s) ao **CESSIONÁRIO** permanece(m) sujeitos ao Regime Jurídico do **CEDENTE**, submetendo-se, entretanto, ao Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Amazonas, e, no que couber, à legislação do **CESSIONÁRIO**.

Parágrafo primeiro. Durante o período de sua cessão, o(s) servidor(es) cedido(s) ficará(ão) tecnicamente subordinado(s) às autoridades integrantes do **CESSIONÁRIO**, a quem compete orientar-lhe no exercício da atividade, bem como, no aspecto administrativo, controlar os horários e jornadas de trabalho, acompanhar a conduta do(s) servidor(es) e comunicar imediatamente à autoridade superior atos que denotem infração.

Parágrafo segundo. Em caso de infração ao Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Amazonas, o(s) servidor(es) cedido(s) será(ão) devolvido(s) mediante ofício expedido pelo **CESSIONÁRIO**, devendo a infração cometida ser comunicada ao **CEDENTE**, a quem compete processar e julgar o(s) servidor(es) cedido(s) para fins de sanção administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal, civil e tributária dos servidores cedidos perante o **CESSIONÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

O controle e o acompanhamento das atividades oriundas do presente Termo são atribuições, conforme o caso concreto, concorrentes do **CESSIONÁRIO** e do **CEDENTE**, incumbindo-lhes designar representante, conforme atribuições internas.

Parágrafo primeiro. São atribuições do **FISCAL** do **CESSIONÁRIO**:

- Controlar a frequência do(s) servidor(es) cedido(s) e enviá-la mensalmente ao **CEDENTE**, arquivando-se na Diretoria de Administração do **CESSIONÁRIO** cópia desta, para simples controle e comunicação de eventuais irregularidades cometidas;
- Comunicar ao **CEDENTE** e à Administração do **CESSIONÁRIO** as faltas no serviço do servidor cedido, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência;
- Encaminhar ao **CEDENTE**, logo após a lavratura do presente termo, a declaração, assinada pelo servidor, optando por receber o auxílio-alimentação pago pelo **CESSIONÁRIO**, em detrimento de benefício similar recebido do **CEDENTE**.

Parágrafo segundo. As comunicações entre os órgãos poderão ocorrer por meio de ofício, *e-mail* e contato telefônico, a fim de tornar céleres os procedimentos relativos à cessão dos servidores.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

São obrigações do **CEDENTE**:

1. Prover os recursos humanos necessários à execução das atividades objeto deste termo;
2. Efetuar, ordinariamente, o pagamento dos vencimentos, salários e vantagens dos servidores cedidos, assegurando-lhes todos os direitos e vantagens dos respectivos cargos;
3. Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo(s) servidor(es) cedido(s), independentemente de dolo ou culpa;
4. Certificar-se de que o(s) servidor(es) cedido(s) está(ão) ciente(s) de que deverá(ão) cumprir todos os regulamentos internos do **CESSIONÁRIO**, sem exceção;
5. Acolher ou justificar, em 30 (trinta) dias, a comunicação do **CESSIONÁRIO** acerca da substituição ou devolução dos servidores cedidos, conforme disposto na Cláusula Sexta;
6. Comunicar ao **CESSIONÁRIO** os casos de licença, afastamento e demais concessões legais do(s) servidor(es) cedido(s), inclusive em caso de férias, conforme escala que será previamente definida entre os partícipes e de acordo com a necessidade do serviço;
7. Fornecer as informações necessárias à realização das atividades objeto deste termo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIÃOÁRIO

São obrigações do **CESSIONÁRIO**:

1. Informar ao **CEDENTE** a lotação dos servidores cedidos;
2. Zelar pela observância da jornada de trabalho dos servidores, a fim de evitar carga horária superior ao previsto junto ao **CEDENTE**;
3. Comunicar, com a antecedência necessária, a programação de férias dos servidor(es) cedido(s), bem como seus afastamentos legais, na forma da lei;
4. Estar ciente de que o **CEDENTE**, após comunicação formal, poderá solicitar a substituição ou o retorno do(s) servidores, segundo sua livre vontade, com a devida observância das cláusulas correlatas quanto ao prazo mínimo de comunicação;
5. Orientar e supervisionar os servidores públicos cedidos, por meio da Diretoria de Administração, fornecendo-lhe as condições necessárias para o adequado desempenho das funções que lhe forem outorgadas;
6. Promover os esclarecimentos que porventura vierem a ser solicitados pelo **CEDENTE**;
7. Comunicar, com antecedência de 30 (trinta) dias, o seu interesse em promover a substituição ou devolução dos servidores cedidos;
8. Fornecer as informações necessárias à realização das atividades objeto deste termo.
9. Comunicar imediatamente ao **CEDENTE** as faltas de caráter disciplinar cometidas pelo servidor cedido, após formalmente constatadas pela Diretoria de Administração do **CESSIONÁRIO**, para as providências cabíveis;

Parágrafo único. O **CESSIONÁRIO** não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do(s) servidor(es) cedido(s) para posto(s) de trabalho que seja(m) incompatível(is) com o seu(s) cargo(s) efetivo(s) e não esteja(m) compreendido(s) como serventia(s) do Ministério Público do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ÔNUS DA CESSÃO

A cessão do(s) servidor(es) ocorrerá **SEM ÔNUS** ao **CESSIONÁRIO**, a qual referir-se-á à prestação de serviços, exclusivamente para as unidades do Ministério Público do Estado do Amazonas, vedando-se a cessão para estágio.

Parágrafo primeiro. Os servidores cedidos terão direito ainda à percepção de auxílio-alimentação, desde que não o acumule com benefício similar porventura pago pelo **CEDENTE**, nos termos do ATO PGJ n.º 239/2007 e alterações posteriores;

Parágrafo segundo. O valor relativo ao auxílio alimentação será empenhado mensalmente, conforme disposto no artigo 3º do Ato PGJ nº 239/2007 e alterações posteriores.

Parágrafo terceiro. Os servidores cedidos submetidos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) receberão o valor do auxílio-alimentação em forma de pecúnia, diretamente em suas contas bancárias.

Parágrafo quarto. Os servidores cedidos submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) receberão o valor do auxílio-alimentação em forma de crédito, em seus cartões de vale-alimentação.

Parágrafo Quinto. No exercício seguinte, as despesas decorrentes desta cessão ocorrerão na dotação que for consignada para o orçamento vindouro.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente termo tem prazo de duração de **24 (vinte e quatro) meses**, compreendendo o período de **17 de novembro de 2024 a 17 de novembro de 2026**, podendo ser expressamente prorrogado, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

Este termo poderá ser reformulado ou alterado, em qualquer época, mediante entendimento entre as partes conveniadas, por meio de termos aditivos devidamente homologados e assinados pelas autoridades competentes, inclusive nos casos de novas ações ou atividades não previstas neste termo, ou ainda quando houver exclusões, substituições ou inclusões de novo(s) servidor(es).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO

O presente ajuste poderá ser extinto em caso de superveniência de lei ou outro ato equivalente, que o torne material ou formalmente impraticável, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, a qualquer tempo por conveniência das partes ou por simples denúncia de uma delas, mediante comunicação/notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da intenção de fazê-lo.

Parágrafo primeiro. Em caso de não prorrogação da cessão, ou sua extinção, por iniciativa do **CESSIONÁRIO**, antes do prazo previsto na cláusula décima, deverá o servidor retornar a exercer suas funções ao órgão **CEDENTE**, no primeiro da útil subsequente ao seu desligamento do **CESSIONÁRIO** ou em data determinada pelo **CEDENTE**.

Parágrafo segundo. A desobediência às normas legais ou regulamentares do **CESSIONÁRIO** pelo(s) servidor(es) cedido(s) acarretará seu retorno imediato ao órgão de origem, motivadamente e por escrito, com vistas à adoção das medidas cabíveis pelo **CEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente termo no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Amazonas (DOMPE-AM) será providenciada pelo **CESSIONÁRIO**, sob forma de extrato, nos termos do ATO PGJ N.º 008/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo reger-se-á, incondicional e irrestritamente, por toda a legislação que lhe for aplicável, especialmente, pelas normas gerais consolidadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, pela Lei 011/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas), Lei nº 1762/86 e alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Amazonas), Lei nº 3.960/2013 (Regula o Regime Disciplinar e o Processo Administrativo Disciplinar para os servidores administrativos da PGJ/AM) e demais legislações municipais aplicáveis ao objeto do termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este acordo decorre da vontade entre as partes signatárias, que desenvolverão, conjuntamente, trabalhos cooperativos a serem regidos pelas diretrizes básicas estabelecidas por este Instrumento.

Parágrafo primeiro. Os partícipes ficam obrigados a observar e fazer observar, no que diz respeito aos assuntos sigilosos, que em decorrência deste termo venham a ter conhecimento, no âmbito de sua organização e no seu relacionamento com terceiros, as disposições legais e regulamentares concernentes à salvaguarda de assuntos sigilosos.

Parágrafo segundo. Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento do presente termo serão resolvidos em comum acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito. Não se estabelecerá entre o servidor cedido e o **CESSIONÁRIO** qualquer tipo de relação jurídica trabalhista, seja qual for a sua natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito, desde já, o Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia das partes a qualquer outro Juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente termo.

E, por estarem assim de acordo, as partes e as testemunhas assinam o presente termo de cessão, visto que foram atendidas as formalidades legais.

Manaus, [data da assinatura mais recente das partes].

(Assinado Eletronicamente)
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

(assinado Eletronicamente)
FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA
Prefeito
Município de Parintins/AM



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Maria Pires Stone, Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 04/10/2024, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANK LUIZ DA CUNHA GARCIA, Prefeito Municipal**, em 22/10/2024, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1444577** e o código CRC **F26E9036**.